

Ata Nº 625. Ao primeiro dia do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às nove horas, os conselheiros se reuniram para realizar a **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú–SC** na Casa dos Conselhos. Estavam presentes os seguintes conselheiros: João Carlos Alves dos Passos, Luciano Pedro Estevão, Valdeci Matias, Suzete Cerutti Kummer, Josiane Hoepfers, Wilson Reginatto Júnior, Sandra Mara Luchtenberg e Manuela Pessoa Duarte. Estavam presentes: Paulo Cavalcante, presidente do Conselho Tutelar; Aline Rocha Salai e Eni E. Alves, ambas representantes da Associação Beneficente Cristã Real Esperança; Josiane Steil, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; Luciana Ferrari, candidata a conselheira tutelar, Clóvis Ribeiro, representante da Associação Dragão Negro; Luana Carli, representante da Secretaria de Saúde – DEVE. Foi aprovada a ata do dia dezoito de julho por unanimidade.

Pauta 01: Ofícios Expedidos e Documentos Recebidos. Ofícios Expedidos: E-mail de dezoito de julho, enviado ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE, informando que o CPF do usuário está errado e solicitando alteração; Memorando nº33.846, de dezoito de julho, enviado a Secretaria de Articulação Governamental, solicitando a publicação, em Diário Oficial, da Resolução nº066/2023/CMDCA, que dispõe sobre a Proposta Orçamentária para o exercício de Dois Mil e Vinte e Quatro; E-mail de dezoito de julho, enviado a Rede de Atendimento, convidando às assistentes sociais das Organizações da Sociedade Civil – OSC's cadastradas neste conselho, para reunião na Casa da Família, dia onze de agosto, às dez horas e trinta minutos e informando que a reunião terá como objetivo: conhecer a rede e discutir ações para o próximo exercício; Memorando nº33.736, de dezoito de julho, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social parabenizando a secretária e equipe pela iniciativa de implantação do projeto Centro de Referência de Doenças Raras e Autismo, apresentado na reunião ordinária deste conselho e informando que este conselho aprovou o projeto no valor de até Oitocentos e Noventa Mil Reais, com recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA; E-mail de dezoito de julho, enviado aos candidatos a conselheiros tutelares, solicitando informações e foto para realizar o cadastro dos candidatos no Tribunal Regional Eleitoral – TRE/SC; E-mail de dezoito de julho, enviado ao Departamento de Marketing, solicitando a publicação das resoluções nº064, nº065 e nº066; E-mail de dezoito de julho, enviado a Rede de Atendimento, convocando às assistentes sociais das Organizações da Sociedade Civil – OSC's parcerias do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, para reunião na Casa da Família, dia onze de agosto, às dez horas e trinta minutos e informando que a reunião terá como objetivo: conhecer a rede e discutir ações para o próximo exercício; E-mail de vinte e um de julho, enviado ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE, solicitando que nos seja enviado dez urnas por local de votação, pois teremos quatro locais de votação e explicando que o pedido se fez necessário, visto que no nosso município, os eleitores votarão em cinco candidatos; E-mail de vinte e um de julho, enviado para os candidatos a conselheiros tutelares, solicitando informações e foto para realizar o cadastro dos candidatos no Tribunal Regional Eleitoral – TRE/SC; E-mail de vinte e seis de julho, enviado a Associação Dragão Negro, informando do indeferimento do pedido de compra de tatame; E-mail de vinte e seis de julho, enviado a 4ª Promotoria de Justiça da comarca, encaminhando o Edital nº011/2023 com o Resultado do Cadastro dos candidatos a Conselheiros Tutelares no Tribunal Regional Eleitoral – TRE/SC; E-mail de vinte e seis de julho, enviado a Geração de Emprego e Renda – GERAR informando que o pedido de salas para desenvolvimento do projeto foi apresentado na reunião ordinária de dezoito de julho e que infelizmente este conselho não tem gerência nos espaços públicos, sendo assim, sugere que a solicitação seja realizada à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social; E-mail de vinte e seis de julho, enviado ao Departamento de Marketing solicitando a publicação, no site da Prefeitura – página do

h

N

CMDCA e editais, do Edital nº011/2023; E-mail de vinte e sete de julho, enviado ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e dos Adolescentes – CEDCA, solicitando informações acerca da hospedagem dos delegados eleitos para participarem da Conferência Estadual, em agosto, se o estado fornecerá a hospedagem ou se cada município arcará com as despesas; E-mail de vinte e sete de julho, enviado aos candidatos a conselheiros tutelares, encaminhando o Edital nº011/2023 com o resultado do Registro das Candidaturas dos mesmos. Documentos Recebidos: Relatório do dia três de julho, enviado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; Memorando nº32.801, de doze de julho, enviado pela Secretaria de Saúde à Casa dos Conselhos, informando sobre os formulários de notificação de violências e sobre o curso de capacitação online, de trinta horas, sobre notificação de violência; E-mail de dezoito de julho, enviado pela Fundação Itaú Social informando que faltam quatro dias para o encerramento do Edital FIA Dois Mil e Vinte e Quatro; Memorando nº33.846, de dezenove de julho, enviado pela Secretaria de Articulação Governamental encaminhando a publicação em Diário Oficial da Resolução nº066/2023/CMDCA, que dispõe sobre a Proposta Orçamentária para Dois Mil e Vinte e Quatro; E-mail de vinte e um de julho, enviado pela Comissão de Defesa dos Direitos, informando que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Universidade Federal de Santa Catarina, convidam para o Diálogo transversal sobre o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Viver sem Limite 2 e Oficina Participativa do Sistema Nacional de Avaliação da Deficiência, que acontecerá no dia primeiro de agosto, das nove às dezessete horas, no Auditório Guarapuvu, localizado no Centro de Cultura e Eventos da UFSC, em Florianópolis/SC; E-mail de vinte e um de julho, enviado pela Casa dos Conselhos, informando a agenda da semana de vinte e quatro a vinte e oito de julho; E-mail de vinte e quatro de julho, enviado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, convidando para participar da audiência pública que discutirá a atuação do Estado nas ações de resposta da Defesa Civil nos municípios, que será realizada no dia nove de agosto, às dez horas, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, na Assembleia Legislativa; Protocolo nº69.063, de vinte e quatro de julho, enviado pela Associação Beneficente Cristã Real Esperança, enviando relatório de atividades do mês de julho; E-mail de vinte e quatro de julho, enviado pelo Grupo de Caridade MEIMEI encaminhando relatório das usuárias atendidas no projeto; E-mail de vinte e seis de julho, enviado pela Comissão de Defesa dos Direitos, informando sobre o Quarto Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva, que é uma iniciativa da Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva – RPDTA com o objetivo de disseminar o conhecimento e as pesquisas que vêm sendo produzidas nesta área, as inscrições estão abertas e pode ser acessada pelo site www.cbta2023.com.br; E-mail de vinte e seis de julho, enviado pelo Instituto Inova Cidades, informando sobre o workshop Inteligência Artificial, dia vinte e sete de julho, às dezenove horas, via plataforma meet; Memorando nº29.646, de vinte e seis de julho, enviado pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, encaminhando o relatório do Projeto Meu Novo Ciclo solicitado pela Comissão de Projetos; E-mail de vinte e seis de julho, enviado pela 4ª Promotoria de Justiça informando do recebimento do Edital nº011/2023, Resultado do Cadastro dos candidatos à Conselheiros Tutelares no Tribunal Regional Eleitoral – TRE/SC; Protocolo nº70.453, de vinte e sete de julho, encaminhado pela Associação Amor pra Down, enviando o relatório de atividades do mês de julho; E-mail de vinte e sete de julho, enviado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, convidando para o Lançamento Literário Pedagogia da Autonomia & Escolas Lixo Zero, de autoria de Rodrigo Sabatini, Fabiana Nogueira e Vilja Colliander, dia primeiro de agosto; E-mail de vinte e sete de julho, enviado pelo Tribunal Regional Eleitoral – TRE lembrando que o acesso ao sistema de candidaturas foi encaminhado para o e-mail que a comissão cadastrou e informando que as instruções foram previamente publicadas na

página do TRES; E-mail de vinte e oito de julho, enviado pela Casa dos Conselhos, informando a agenda da semana de trinta e um de julho a quatro de agosto; Memorando nº49.261, Despacho Dezesseis, de trinta e um de julho, enviado pelo Departamento de Compras e Gestão Financeira, informando dos encaminhamentos para a licitação da empresa que deverá realizar o Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente no município. Pauta 02: Edital nº002/2023 – Fórum de Organizações da Sociedade Civil: apresentações das Organizações da Sociedade Civil inscritas: Associação Dragão Negro e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. O representante e fundador da Associação Dragão Negro, Sr. Clóvis falou sobre o projeto de Taekwondo desenvolvido nos bairros, um projeto social, realizado no contraturno escolar para crianças e adolescentes. Falou da equipe de profissionais, da dedicação dos mesmos e do público atendido. Informou que no dia vinte e cinco de julho, um grupo de cinquenta atletas, com idade entre cinco a dezessete anos, pertencentes ao Projeto Swat de Taekwondo JTF, participaram de um exame de faixa na Escola Amadio Dalago, em Camboriú. O exame foi realizado gratuitamente. Clóvis agradeceu a parceria com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. Após a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE apresentou um vídeo institucional com a participação de todas as profissionais, explicando os projetos realizados. A APAE desenvolve os projetos PDEAR (Atendimento interdisciplinar especializado de avaliação) e Equoterapia (Terapia com cavalos), para crianças e adolescentes com atraso no desenvolvimento global ou com deficiência intelectual associada ou não, a outras deficiências. O vídeo foi bem emocionante, com fotos e momentos dos atendimentos, onde é visível o comprometimento e a dedicação ao trabalho desenvolvido. Os conselheiros agradeceram as entidades e falaram da importância dos desses projetos para a comunidade. Pauta 03: Fórum de Medidas Socioeducativas: devolutiva sobre o evento. A conselheira Manuela parabenizou o evento sobre as medidas socioeducativas, ressaltou que foi muito bem organizado e produtivo e que o conteúdo abordado foi muito interessante e esclarecedor. Falou que sentiu demais a falta de participantes e que deveria ter participado ao menos um representante de cada entidade, visto que o assunto deveria interessar a todos. A conselheira Sandra agradeceu a equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS que trabalhou com muito comprometimento na organização do evento. Parabenizou a escolha da palestrante Assistente Social Sra. Neylen Bruggemann Bunn Junckes, servidora do Estado do Sistema Socioeducativo e da Dra. Beatriz Baldi, advogada. Sandra falou que serão realizados mais encontros pois há a necessidade de se construir o novo Plano de Medidas Socioeducativas. O conselheiro tutelar Paulo solicitou que seja falado mais sobre a necessidade do uso do Programa SIPIA. Pauta 04: Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. O presidente informou que os delegados que irão para a conferência estadual são: o conselheiro de direitos Luciano, o conselheiro tutelar Maurício e os adolescentes Heloísa (quinze anos) e Fernando (doze anos). Os dois com a devida autorização dos pais/responsáveis e sob a responsabilidade dos conselheiros Luciano e Maurício. As despesas com hospedagem e alimentação dos delegados deverão ser custeadas pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. Com relação ao transporte será disponibilizado o carro do CMDCA, com sete lugares, para levar os delegados e a avó do adolescente Fernando (a qual pagará suas custas). A conferência estadual está agendada para acontecer nos dias quinze, dezesseis e dezessete de agosto, em Piratuba. No entanto, o presidente informou que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA ainda não divulgou nada sobre o evento e que os e-mails enviados solicitando informações, ainda não foram respondidos. Sendo assim, após retorno do conselho estadual, daremos encaminhamento as solicitações ao Departamento de Compras. Pauta 05: Diretrizes da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. A conselheira Sandra apresentou a Sra. Josiane que deverá ser sua

substituta na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, visto que a mesma está se aposentando. Sandra explicou que solicitou a pauta para informar que está sendo realizado encontros para discutir as Diretrizes da Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva de Balneário Camboriú, na sede da APAE, coordenado pela mesma. As diretrizes são para todas as crianças dos Núcleos Educacionais Infantis e dos Colégios Educacionais Municipais. Participaram do primeiro encontro na APAE, representante da Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral, da Associação de Apoio às Famílias dos Deficientes Físicos – AFADEFI, da Associação Amor pra Down e do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação. Também será convidado um representante da Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS para participar do próximo encontro. A próxima reunião está agendada para o dia nove de agosto. Pauta 06: Estatística de notificações de casos de violência. A enfermeira Luana da Secretaria de Saúde se fez presente para falar sobre o preenchimento da ficha de notificação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. Falou que afim de evitar as subnotificações dos casos de violências interpessoal/autoprovocada, a Secretaria de Saúde, através do Departamento de Vigilância Epidemiológica está retomando a articulação com a rede protetiva. Falou que o Secretário de Saúde está programando uma reunião com o Prefeito primeiramente e depois com os gestores das pastas e responsáveis pelos serviços para oficializar um termo de adesão e futuramente um decreto Municipal visando esse preenchimento. Explicou que na ficha de Violência interpessoal/autoprovocada houve a inserção das unidades notificadoras de outros setores, já pactuada em 2014 pelo Ministério da Saúde como: unidade de assistência social, estabelecimento de ensino, conselho tutelar, unidade de saúde indígena, centro especializado atendimento a mulher, outros (OSC's, programas como os Abraço, etc.). Não se aplica à segurança pública, pois a ficha de notificação não é denúncia e sim garantia de direitos. Luana ressaltou que o objetivo é conhecer a magnitude e a gravidade das violências e identificar os casos que permanecem ocultos, para compreender a situação epidemiológica desse agravo nos Municípios, Estados e no País, visando subsidiar as políticas públicas para a atenção, a prevenção de violências, a promoção da saúde e a cultura da paz. Objetiva-se também: intervir nos cuidados em saúde e de rede, promovendo atenção integral às pessoas em situação de violência e proteger e garantir direitos por meio da rede de atenção e proteção. Explicou que a ficha de notificação é um elemento-chave na atenção integral às pessoas, retirando os casos de violência da invisibilidade, prevenindo a violência de repetição e permitindo que a rede de proteção e de garantia de direitos seja acionada e se articule. Luana falou também sobre o curso de Capacitação online sobre Notificação de Violência. O curso é de trinta horas e possui três módulos: introdução aos conceitos iniciais; desvendando as violências; e, notificar as violências: SINAN. O link de acesso é: <https://lumina.ufrgs.br/course/view.php?id=193>. Também encaminhado via 1DOC para alguns serviços. Vale ressaltar que é importante que todos os conselheiros, tanto de CMDCA, quanto os candidatos à conselheiro tutelar realizem o curso. Luana falou que em setembro será iniciado treinamentos presenciais em loco, onde será elaborado um cronograma para tirar as dúvidas do preenchimento e apresentar o fluxo de envio das fichas já estabelecido, que é diferente do fluxo de atendimento. A enfermeira disse que compete a gestão Municipal definir estratégia de notificação, investigação, acompanhamento e encerramento em tempo oportuno dos casos e que a subnotificação compromete todo o processo de trabalho da vigilância epidemiológica e as ações do poder público. Sendo assim, solicitou apoio deste conselho na conscientização da rede de atendimento, pois alguns órgãos, como o Conselho Tutelar, que após três tentativas de mediação através de reuniões para entrar em consenso, se negam a retomar o preenchimento dessa notificação, por esta atribuição não estar especificada nas atribuições de conselheiros tutelares, discriminada no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Por solicitação do secretário de saúde o Ministério

Público foi acionado e o processo está em andamento. Foi entregue, o perfil epidemiológico de residente de Balneário Camboriú com a linha temporal de 2011 a 2021, onde evidencia o aumento significativo no número de casos notificados desde 2017, devido a sensibilização dos serviços de saúde público e privados, sobre a importância da notificação e começamos a implantar outros serviços além da saúde como projeto piloto, Abraço ao idoso, seguindo para CT e CREAS. Evidencia-se também que a violência autoprovocada é a de maior ocorrência notificada, o principal meio empregado para a tentativa de suicídio é o uso de medicamentos. Em relação às estatísticas de crianças e adolescentes foi apresentado um levantamento semestral de 2022 com 69 casos notificados de 0 a 19 anos conforme faixa etária pela OMS e sexo, onde nenhum outro serviço além da saúde notificou. Comparando a 2023, foram notificados 55 casos, evidenciando a redução do número de notificações, sendo que em maio, mês de mobilização nacional, apenas 6 notificações foram encaminhadas para a Vigilância Epidemiológica e em junho 3 notificações, na qual a Vigilância Epidemiológica enviou ao CT por 1DOC para ciência. O assunto foi novamente debatido em plenária e este conselho entendeu que deve aguardar decisão do Ministério Público sobre o assunto, para após se manifestar. Pauta 07: Processo Eleitoral de Conselheiros Tutelares: Edital nº011 – Cadastro dos Candidatos, colégios eleitorais e urnas. O presidente iniciou a pauta informando que foi questionado por um candidato sobre recursos financeiros para a campanha eleitoral e que o mesmo informou ao candidato que não é fornecido por este conselho nenhum recurso financeiro para realizar campanha eleitoral e que cada candidato é livre para realizar ou não a campanha. Após explicou que o Tribunal Regional Eleitoral – TRE informou que as urnas eletrônicas fornecidas serão programadas para receber apenas um voto. Que tentou conversar com o TRE sobre a questão dos cinco votos, que a nossa lei é diferenciada, que o número de eleitores é significativo, porém não houve acordo. O TRE não cedeu. Sendo assim, há duas opções: fazer a eleição com urna eletrônica e com apenas um voto ou migrar para urnas de lona. Houve grande debate sobre o assunto, levantou-se a questão da alteração da Lei Municipal nº1033/1991, que se tivesse sido encaminhada a Câmara de Vereadores a tempo, poderíamos estar de acordo com a Resolução nº231/23 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Porém, como a lei não foi alterada a tempo, este CMDCA deve seguir o que rege a lei atual, sendo assim, terão que ser cinco votos. Foi deliberado que as urnas serão de lonas e que a contagem dos votos deverá acontecer de forma transparente e organizada, evitando demora e desconfiças. O processo de contagem deverá ser analisado pela comissão. Foi deliberado a confecção das cédulas eleitorais. Restou deliberado a confecção de mais dez mil cédulas extras para cada colégio eleitoral. Ficou deliberado que em cada colégio eleitoral deverá ter no mínimo dois conselheiros de direitos responsáveis pelo local. O presidente informou que já solicitou um profissional de Tecnologia da Informação para ficar disponível nos locais para auxiliar se necessário. O presidente informou que poderão ser disponibilizados para o almoço, marmitas ou lanches. Os conselheiros aprovaram a compra de marmitas para ser oferecidas aos mesários e aos demais que estiverem trabalhando no dia da eleição. Também será organizado uma estrutura para oferecer café da manhã e café da tarde a todos os que estiverem trabalhando. Os conselheiros responsáveis por cada local de votação deverão se organizar para solicitar tudo o que necessitar para o dia das eleições. Também informou que já foi solicitado a Secretaria de Segurança Pública o suporte da Guarda Municipal visando a segurança no dia da eleição. Pauta 08: Comissão de Processo Administrativo: informações das ações realizadas. Como as reuniões ordinárias deste conselho são abertas ao público, o presidente sugeriu aos conselheiros deixar esse ponto de pauta para uma reunião extraordinária, após a ordinária de hoje, o que foi aprovado por todos. A decisão se faz necessária porque o assunto segue em segredo de justiça. Pauta 09: Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação: Análise da solicitação de

renovação de registro da Associação Dragão Negro; Análise da solicitação de renovação de registro da Associação de Apoio às Famílias dos Deficientes Físicos – AFADEFI; e Análise da solicitação de registro do Grupo de Caridade MEIMEI. A comissão informou que foram enviados os documentos solicitados para a Associação Dragão Negro, sendo assim foi liberado a renovação do registro da mesma. Foi analisada toda a documentação da AFADEFI que estava completa, sendo assim restou aprovado a renovação do registro. Quanto ao Grupo MEIMEI foi evidenciado a falta do RG e CPF do presidente, sendo assim restou aprovado o registro da entidade, mediante apresentação do documento. A comissão informou que deverá fazer um estudo sobre a Resolução nº026/2019 para realizar algumas alterações. Também falaram da Resolução nº032/2020 que regulamenta a forma de envio dos documentos para análise e que não está sendo cumprida. A comissão publicará nova resolução, com o mesmo teor que a Resolução nº32/2020, mas comendereço eletrônico para entrega através do Sistema 1doc. Pauta 10: Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos: Análise da solicitação de renovação de inscrição de projeto da Associação Dragão Negro; Análise da solicitação de renovação de inscrição de projeto da Associação de Apoio às Famílias dos Deficientes Físicos – AFADEFI; Análise da solicitação de inscrição de projeto do Grupo de Caridade MEIMEI; Análise e aprovação da execução do Projeto Meu Novo Ciclo. A comissão analisou os projetos e restou aprovado a inscrição de projetos da AFADEFI, Associação Dragão Negro e Grupo de Caridade MEIMEI. Com relação a solicitação de execução do projeto Meu Novo Ciclo, foi sugerido que a equipe que desenvolve o projeto se faça presente em uma reunião do CMDCA para discutir a ampliação do projeto e apresentar o kit. Além disso foi solicitado a logomarca do CMDCA no kit oferecido as adolescentes, porém como uma parte do material já foi confeccionado e sem a logo do conselho, restou deliberado colocar junto ao kit que não tem logomarca, uma mensagem do conselho, ressaltando o recurso oriundo do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. A execução do projeto foi aprovada por unanimidade no valor de Oitenta Mil Reais. Pauta 11: Assuntos Gerais. O presidente informou que há necessidade de rever a diretoria deste conselho, visto que é necessário eleger um vice presidente e um secretário. O assunto ficou para a próxima reunião. A comissão de editais se manifestou e agendou reunião para o dia oito de agosto, às nove horas, na Casa da Família. O presidente informou que o processo sobre a contratação de empresa para realização do diagnóstico está em andamento, que falta passar por um processo interno, mas que acredita que em quinze dias deverá ser publicado. Nada mais havendo a tratar, eu, Patricia Humenhuk, lavro a presente ata que segue assinada por mim e pelo presidente, conforme deliberação em assembleia.

